

Nota de Pesquisa

**Norte Do Paraná sob vigilância:  
mapeamento e digitalização de  
fotografias produzidas pela DOPS-PR  
referentes à região Norte do Estado\***

André Porto Ancona Lopez<sup>\*\*</sup>  
Matheus Vinicius Penteado<sup>\*\*\*</sup>  
Luiz Miguel do Nascimento<sup>\*\*\*\*</sup>

Terminada a Segunda Guerra Mundial, duas potências despontaram como lideranças em planos internacionais antagônicos. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

---

\* Texto resultante de iniciação científica desenvolvida por Matheus Vinicius Penteado durante o projeto “Digitalização de fotografias de Maringá e região” (DIGIFOTO), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvido junto aos departamentos de Ciência de Informação e Documentação (CID-UnB) e de História (DHI-UEM) e coordenado por André Porto Ancona Lopez.

\*\* Especialista em Arquivos, mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Foi orientador e co-orientador da iniciação científica de Matheus Vinicius Penteado junto a Universidade Estadual de Maringá (UEM) até jan./2005. Professor do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília (CID/UnB) desde fev./2005.

\*\*\* Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), onde desenvolveu projeto de iniciação científica orientado por André Porto Ancona Lopez, Angelo Aparecido Piori e Luiz Miguel do Nascimento entre ago./2003 e jul./2005. Mestrando em História na UEM.

\*\*\*\* Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP; doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. Foi co-orientador e orientador, da iniciação científica de Matheus Vinicius Penteado junto a Universidade Estadual de Maringá. Professor do Departamento de História da UEM desde mar./1994.

(URSS), representando os países socialistas, interessada em ampliar sua área de influência, patrocinou movimentos dispostos a implantar em outros países o regime adotado por Moscou. No outro extremo, liderando o bloco capitalista, e da mesma forma incentivando a manutenção desse modelo sócio-econômico, os Estados Unidos da América atuaram de forma incisiva em uma área que consideravam ser sua responsabilidade: a América Latina.

O acirramento entre esses modelos e a “invasão” do modelo socialista em Cuba (em 1959), trouxe experiências e inspiração para as demais nações do continente americano. A águia norte-americana estreitou as oportunidades de difusão das idéias consideradas subversivas. Interveio na política interna de países (direta ou indiretamente) e ajudou a instalar períodos negros de ditaduras (civis ou militares), ausência de liberdade de imprensa e violência institucionalizada contra aqueles que, muitas vezes, desejavam melhores condições de vida.

No âmbito interno, o Brasil vivia também um período de incertezas políticas. O populismo encabeçado por Getúlio Vargas entrou em processo de auto-destruição, fruto do descontentamento da população com os pífios resultados sociais obtidos pelos governantes populistas que vieram após o “pai dos pobres”. Vários movimentos exigem novas medidas de avanço social, por vezes mais radicais do que aquelas que já vinham sendo tomadas, a despeito mesmo de algumas dessas medidas já estarem contemplando reformas próximas à algumas idéias implantadas na URSS.

O processo que levou a implantação do governo militar no Brasil — juntamente com todas as implicações no que condiz à repressão da liberdade de expressão — teve raízes profundas. Florestan Fernandes, ao tentar entender as origens, as funções do Estado e da sociedade<sup>1</sup>, constatou que é impossível dissociar os limites dos mesmos. Para o autor, a República Institucional é uma variante do Estado capitalista moderno, já que a burguesia, ao ver ameaçado seu poder, tende a enrijecer os meios políticos para preservá-lo e evitar que as

---

<sup>1</sup> FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: TAQ, 1982.

camadas populares se aproximem dos mesmos. Para o mesmo autor essa sociedade necessitaria de uma massa de violência institucionalizada, ligada às funções de manutenção, fortalecimento e equilíbrio da ordem social. Tal regime de classes é o mais violento de todos, pois exige a expropriação do trabalho e coloca nas mãos da burguesia uma parte considerável da riqueza produzida, além de prestígio social e poder político. Do embate dessas classes antagônicas cria-se uma força de violência institucionalizada, vista como um “mal-necessário” e essencial para manutenção da ordem.

Acreditamos, assim como Goffredo Telles Junior<sup>2</sup>, que os partidos políticos oficiais do Brasil pré-1964 (e mesmo hoje) eram meras siglas, sem nenhum conteúdo doutrinário ou pragmático, incapazes de orientar a população sobre os problemas nacionais, o que ajudou às eleições evidenciarem líderes, em lugar de partidos. Com o vazio político criado com a crise populista, as forças armadas surgiram como uma alternativa viável, entre outras coisas, por ser uma instituição de coesão estrutural, disciplinada, hierarquizada e capaz de governar o país, sem se levar pelas demandas das classes de baixo estrato social.

Para que houvesse efetivo controle social solidificou-se uma rede de segurança institucional, concretizada com o Sistema Nacional de Informações (SNI). Desenvolvido pelo general Golbery Couto e Silva, o SNI controlava as ações dos diversos órgãos de segurança, sistematizando informações, documentos e provas, contra pessoas ou instituições contrárias à nova ordem institucional. A Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), enquanto integrante do SNI, tornou-se um desses instrumentos de controle das agitações sociais<sup>3</sup>.

Na DOPS/PR os investigados após serem levados, eram interrogados, e, quando “legalizados”, encaminhados para uma

<sup>2</sup> TELLES Jr., Gofredo. *A democracia e o Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1965.

<sup>3</sup> Tais órgãos proliferaram por todo o Brasil, coletando muitos documentos e informações de diferentes grupos sociais, como pode ser visto, por exemplo, no trabalho CARNEIRO, Maria Luiza. *Livros proibidos, idéias malditas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

nova seção de questionamentos, desta vez oficializados em cartório e, posteriormente, encaminhados para a Justiça Militar. Esta, ao aceitar as denúncias, tornava-as reconhecidas publicamente, considerando o suspeito *sub judice*. Tal passo era importante, uma vez que as prisões eram na verdade seqüestros, procedidos sem qualquer ordem judicial, colocando o preso como desaparecido até a oficialização da denúncia pública<sup>4</sup>. Foi exatamente entre o seqüestro e a denúncia pública que muitos tornaram-se “desaparecidos”<sup>5</sup>.

O estudo focou a repressão na região Norte do Paraná, onde entraram em cena suas particularidades regionais e também os elementos comuns de outras partes do Brasil. O início da (re) ocupação dessa região — posto que já era habitada, primeiramente, por índios e, mais tarde, também pelo sertanejo — está associada segundo José Joffily<sup>6</sup>, aos elementos ingleses, considerados pela sociedade brasileira dominante da época como agentes salvadores/civilizadores do Brasil. Nessa mesma visão, os elementos indígenas e sertanejos eram sinônimos de atraso e responsáveis pela falta de “progresso” do país. Os ingleses buscaram terras para suprir as perdas dos territórios asiáticos e africanos e encontraram aqui uma vasta área para investimentos e exploração.

Em 1924, uma política de desbravamento, elaborada pelo governo do Paraná desde 1916, começou a ser posta em prática. Com a chegada da Missão Montagu, homens vieram analisar e vasculhar todo o sistema e a estrutura econômica do Brasil, para avaliar se era possível o empréstimo de 25 milhões de libras da Casa Rothschild, realizando um papel similar ao que, atualmente, cabe ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses homens, liderados por Simon Joseph Frazer (Lord Lovat), além dessas investigações, visitaram ainda áreas em São Paulo e Paraná, com o objetivo de plantar algodão, conforme já

---

<sup>4</sup> Um detalhamento da estrutura oficial do DEOPS/SP pode ser consultado em AQUINO, Maria Aparecida de et. al. *No coração das trevas*. São Paulo: AESP/Imprensa Oficial, 2001.

<sup>5</sup> Importante obra sobre o tema é o clássico ARNS, D. Paulo (org.). *Brasil: nunca mais*. São Paulo: Vozes, 1985.

<sup>6</sup> JOFFILY, José. *Londres-Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

era realizado no Sudão, através da Sudan Cotton Plantation Syndicate. Voltando à Londres, Lord Lovat se reuniu com seus sócios para fundar a Brazil Plantations Syndicate Limited, empresa com o objetivo de explorar a agricultura em terras brasileiras. Como os investimentos em algodão não alcançaram o sucesso esperado, a companhia resolveu dividir o capital em duas empresas. A nova Paraná Plantation, que deveria se dedicar ao ramo imobiliário, sediada em Londres, entraria com os recursos para as despesas desse projeto de colonização. A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), com sede em São Paulo, fundada em 1925, seria a executora dos projetos da matriz inglesa.

Entre os anos de 1925 e 1927 a CTNP comprou cerca de 515.017 alqueires de terra (equivalentes a aproximadamente 1,2 milhão km<sup>2</sup>), fruto de um emaranhado de transações que envolviam basicamente dinheiro e influência sobre os políticos do estado. A companhia inglesa resolveu também investir em ferrovias, comprando a São Paulo-Paraná, que, devido a dificuldades financeiras, foi entregue ao poder dos paulistas.

O que se segue à aquisição dessa região do Estado do Paraná pelos ingleses, foi um grande processo de exclusão dos que ali viviam. A (re)ocupação das terras não foi um processo pacífico, como pretendeu um certo “discurso sobre o Norte do Paraná”<sup>7</sup>. Segundo esse discurso, foi criada a idéia de que nessa região todos compartilhavam das mesmas intenções, uma comunidade que tinha os mesmos interesses políticos, econômicos e sociais. A sociedade dos “pés vermelhos” fora criada para promover, na região colonizada inicialmente pelos ingleses, idéias de progresso, modernidade, homogeneidade, colonização racional, ocupação planejada, pacífica, baseada na pequena ou média propriedade, cafeicultura. Diferente do discurso, a violência da exclusão atingiu não toda a sociedade, porém parte dela. Primeiramente os indígenas, caboclos e posseiros foram excluídos quando panfletos da CTNP passaram a anunciar a venda de terras desabitadas, o que de modo algum era verídico. Tais grupos foram expulsos com um processo de

<sup>7</sup> Para maiores informações, ver TOMAZI, Nelson. “O discurso do Norte do Paraná” In: *Norte do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1997.

intensa violência, através de jagunços que praticaram a pura eliminação de algumas populações.

Após a expulsão/eliminação de índios e posseiros, o discurso do Norte do Paraná, baseado em idéias de “progresso” e de “modernidade”, tratou de excluir outros grupos que muitas vezes se rebelaram e assumiram novas maneiras de pensar contrárias ao capitalismo, e/ou tomaram atitudes para defesa de seus direitos, como trabalhadores, estudantes ou, simplesmente, como cidadãos. É nessa nova fase de exclusão que pudemos observar, nos documentos do Arquivo Público do Paraná, a atuação da delegacia política, que teve nessa região um forte papel de investigação de pessoas e grupos que rejeitavam a suposta unidade ideológica do “progresso”<sup>8</sup>.

O Norte do Paraná, por se desenvolver de forma rápida, com crescimento demográfico e econômico destacado, à época, em relação a regiões do país, atraiu grande diversidade de etnias, costumes e culturas, além de diferentes posicionamentos políticos e ideológicos; na região evidenciavam-se as contradições entre patrões e empregados, estudantes e governo, liberdade e repressão. Grupos que defendiam a implantação do comunismo, ou simplesmente debates sobre ele, foram investigados, perseguidos e, possivelmente torturados<sup>9</sup>. Foi o caso da operação Marumbi, realizada pelo governo federal, que teve como objetivo buscar as pessoas desse perfil e submetê-las à nova ordem social, por meio de prisões arbitrárias. Uma onda de violência institucionalizada foi um dos resultados da perseguição aos, supostamente, subversivos.

A região de Londrina, também se destacou. Elegeu prefeitos de oposição ao regime militar e teve importantes movimentos de trabalhadores rurais, como a Guerra de Porecatu (1975). Esse movimento armado teve como líder Manoel Jacyneto, que se rebelou contra a atitude do governo de

<sup>8</sup> Para maiores informações sobre os documentos disponíveis neste arquivo, consultar DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO. *Guia de fundos do Arquivo Público do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

<sup>9</sup> Sobre esse tipo de repressão ver, por exemplo, COSTA, Adolpho. “O DOPS e os trabalhadores”. In: Cadernos da UPT. Curitiba: UPT, 1993, n. 1.

tomar a terras de colonos, teve como fim a prisão e tortura de uma significativa parcela dos participantes<sup>10</sup>. Na UEL (Universidade Estadual de Londrina), grupos de estudantes que lideravam o movimento estudantil também foram investigados e perseguidos. Policiais tinham o poder de invadir salas de aula e prender professores e estudantes. Nessa mesma direção de “defender” os interesses da situação política no país, no âmbito da universidade foi criada uma guarda especial, interna, treinada para controlar distúrbios civis.

Manifestações anti-regime também ocorreram em outras cidades da região, como os movimentos grevistas de Maringá em 1968, com a participação da Ação Popular(AP)<sup>11</sup>, na organização de sindicatos e movimentos contrários à nova ordem imposta. Ainda foram encontrados na região grupos de apoio ao governo constitucional derrubado pelos militares em 1964, grupos de apoio ao governo cubano, formações dos primeiros sindicatos rurais do país e propagandas sobre reforma agrária e outros assuntos.

Em nossa pesquisa demos prioridade à fotografia. O processo, conhecido desde a Antiguidade, começa com a seleção feita pelos interessados no resultado da imagem. Em seguida, por meio de artifício técnico, a luz age sobre superfícies fotossensíveis, expondo, posteriormente, o resultado da seleção do fotógrafo. A superfície transforma-se, então, em detentora provisória, ou permanente, dessa imagem, índice da ação da luz. A partir daí a fotografia pode ter um uso de ação social, que, por vezes, pode se desvincular dos objetivos iniciais do fotógrafo<sup>12</sup>.

Nossa escolha pela fotografia foi feita pela abrangência

---

<sup>10</sup> Para uma análise mais detalhada de tal movimento ver, por exemplo, PRIORI, Ângelo. *A revolta camponesa de Porecatú*. Tese de doutoramento. Assis: Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade da FCL-UNESP, 2000.

<sup>11</sup> Para maiores informações sobre a atuação da AP no Norte do Paraná ver: DIAS, Reginaldo & GONÇALVES, José Henrique (orgs.). *Maringá e o Norte do Paraná*. Maringá: EDUEM, 1999 e DIAS, Reginaldo. *Sob o Signo da Revolução Brasileira*. Maringá: EDUEM, 2003.

<sup>12</sup> Para um aprofundamento ver, por exemplo, DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1994.

de informações que ela possibilita, muitas vezes, pouco explorada em toda sua extensão social — e pouco utilizada como fonte histórica. É freqüente encontrar análise que encaram seu conteúdo como um compromisso com a verdade. Além de aspectos ligados à verossimilhança, a fotografia é fruto de uma trama complexa, composta por elementos químicos, tecnológicos e sócio-humanos, como as pessoas, e a sociedade, que a realizam, a produzem e a utilizam. A subjetividade é um dos elementos que não permite que a impressão da luz, seja uma simples herança da verdade.

Boris Kossoy, ao realizar um estudo sobre a fotografia como uma fonte histórica, atenta para o contexto social no qual a fotografia é produzida, sendo impossível se desvincular desse contexto histórico para a análise do documento<sup>13</sup>. Ao ser realizado, o processo fotográfico possui uma finalidade que pode ser, inclusive, composto por montagens para atingir os objetivos iniciais.

O mesmo autor aponta que mesmo em caso de montagens, a fotografia ainda tem um grande valor e possui uma série de informações, que se tornam ainda mais aprimoradas, quando quem a analisa vai além do conteúdo aparente, buscando o contexto inicial daquela criação.

Toda fotografia é um resíduo do passado. Se, por um lado, ela nos oferece indícios que permitem o levantamento e a análise de vários elementos que lhe deram origem em determinado espaço e tempo num dado momento histórico, por outro lado, sua imagem, segundo os valores que enfatiza, constitui-se sempre no ponto de partida de um processo gerador de inúmeras possibilidades de interpretações e aplicações em áreas específicas das Ciências e das Artes<sup>14</sup>

Panofsky, conhecido historiador da arte, proponente do método iconológico; defende uma recriação do contexto para que, posteriormente, seja realizada a investigação das fontes<sup>15</sup>. A leitura de temas adjacentes sobre o assunto possibilitaria

---

<sup>13</sup> KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica*. São Paulo, Ática, 1989.

<sup>14</sup> Ibid . p.13.

<sup>15</sup> PANOSFKY, Erwin. *Significado nas artes visuais* São Paulo, Perspectiva, 1979.

melhor compreensão e resultados mais consistentes com a fonte, posto que o pesquisador passaria a observar previamente, no caso dele, questões referentes às atitudes religiosas, sociais e filosóficas que cercam o documento. Em nosso caso, os marcantes acontecimentos políticos do período se impõem para a compreensão do documento e das possibilidades de utilização histórica da informação visual.

Existe na fotografia uma gama interesses psicológicos que vão afetar diretamente na mensagem que se deseja passar. Uma análise primária que leva em conta elementos postos na imagem selecionada é incapaz de compreender essa gama de interesses e formulações. A compreensão do objeto fotográfico acontece em boa parte, e de melhor forma, quando também são analisadas as tradições e o contexto em que o objeto foi criado. Mesmo assim, tal método de análise não poderá ser, jamais, garantidor de uma exatidão, de uma verdade, de algo incontestável, já que a fotografia, como qualquer outro documento, é altamente subjetiva. Entendemos, então, que para tal análise, o documento fotográfico poderá ser considerado como documento histórico quando é selecionado pelo historiador.

Nosso mapeamento pautou-se nestes aspectos, não olhando apenas o conteúdo primário que cada material imagético possuía, porém também elementos físicos da fotografia e, principalmente os motivos dos produtores ao gerar a fotografia. Do mesmo modo, esse produtor (a DOPS/PR) ainda selecionou (e reproduziu outros documentos, encontrados em jornais, por exemplo, para subsidiar as investigações. Em nossa prática de pesquisa tivemos como prioridade a busca de leituras referentes aos assuntos trabalhados antes de fazer contato com os documentos. Isso possibilitou um certo conhecimento prévio sobre o objeto de estudo, que nos forneceu bases facilitadoras do contato posterior, ajudando a contextualização e a análise dos documentos mapeados.

Um importante passo foi a ida até o Arquivo Público do Paraná, em Curitiba, onde estão depositadas fotos da DOPS/PR. Esse conjunto, com cerca de 92 metros lineares de documentos (textuais e fotográficos, entre outros), divididos em

47.223 fichas individuais, 3.775 pastas individuais e 2.337 pastas temáticas. Essas últimas contêm, entre outros registros, fotografias, recortes de jornais, fichas dos indiciados na polícia, resultantes das atividades de investigação, vigilância e controle, feitas pela Delegacia.

A atividade seguinte foi a busca detalhada em aproximadamente 100 pastas temáticas que se referiam à região Norte do Paraná, e o subsequente mapeamento de 219 documentos fotográficos. O contato direto com as fontes possibilitou ampliar as dimensões da pesquisa, já que as fotografias em questão possuem anotações dos oficiais da DOPS, que individualizam cada imagem e a tornaram uma fonte mais rica de informações. O mapeamento, abre caminho para, no futuro, poder ir mais além na análise dessas fontes e dos respectivos temas.

Posteriormente, utilizamos duas fichas desenvolvidas em conjunto com o projeto DIGIFOTO/CNPq<sup>16</sup> que permitiram um mapeamento mais completo das fotografias, referentes à então recente e, supostamente, promissora região Norte do Paraná, constantes do acervo da DOPS-PR. As fichas buscam a contextualização e o histórico dos acervos e conjuntos documentais, passos considerados essenciais para um melhor aprofundamento da compreensão das fontes e, conseqüentemente, maior qualidade da análise dos temas propostos.

Ainda de modo paralelo ao DIGIFOTO/CNPq, armazenamos as informações mapeadas em um banco de dados. Tal instrumento, além de complementar as atividades proposta pelo DIGIFOTO/CNPq — que realizou a digitalização de materiais fotográficos mapeados em outras cidades e com outras temáticas da Região Norte do Paraná —, auxiliará também o trabalho de outros pesquisadores interessados em discutir a DOPS/PR. Findo o mapeamento documental, iniciou-se o processo de digitalização desses documentos.

---

<sup>16</sup> O projeto DIGIFOTO/CNPq, se dispôs a mapear e digitalizar fotografias de Maringá e região, ancoradas em sub-projetos temáticos, com a finalidade de composição e difusão de *corpus* documentais fotográficos para pesquisadores em geral.

Sobre a questão da imagem fotográfica, fica claro que sua contribuição, enquanto documento histórico, é importante, posto que traz consigo informações além da imagem. As fotografias podem a passar ao pesquisador elementos e dados sobre quem as produziu, as encomendou e as utilizou, pessoa ou instituição<sup>17</sup>. Por exemplo, no grande número de recortes de jornais encontrados no acervo da DOPS/PR algumas fotografias possuem informações adicionais, anotadas pelos investigadores da delegacia. Tais documentos dão informações acerca dos métodos investigativos daquela época, permitindo uma análise mais aprofundada sobre personagens que tiveram certa atuação política no período. Neste caso, a instituição que produziu as fotografias (cópias dos recortes), enquanto documentos de investigação, não são as empresas ou órgãos de notícias, porém a própria DOPS/PR. Tomando Panofsky como referência, acreditamos que uma análise iconográfica se torna necessária, com uma ampla busca bibliográfica sobre os assuntos que circundam as imagens em questão<sup>18</sup>. A contextualização e entendimento das instituições históricas permitem o aprimoramento, para obtenção de melhores resultados na posterior análise.

No Brasil, os acervos que mantêm documentos imagéticos, como nos mostra André Ancona Porto Lopez, não costumam realizar esse tipo de análise; preza-se pelos elementos descritivos do documento, em detrimento de seu contexto institucional de produção<sup>19</sup>. Em nosso caso, tivemos que buscar informações mais aprimoradas sobre os órgãos produtores, ou seja, a DOPS/PR. Lopez defende a organização

---

<sup>17</sup> Uma articulação entre a produção institucional do documento fotográfico e sua utilização pode ser vista em CARVALHO, Telma. *Fotografia e cidade*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em história social, PUC-SP, 1999.

<sup>18</sup> Uma aproximação do método de Panofsky com a produção arquivística de documentos fotográficos pode ser vista em LOPEZ, André. "Documentos imagéticos de arquivo: uma tentativa de utilização de alguns conceitos de Panofsky". In: *Sinopses*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, n° 31, p.49-55, jun. 1999.

<sup>19</sup> LOPEZ, André. *As razões e os sentidos*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

dos arquivos a partir da gênese institucional para que, desta forma, a organização arquivística desvende também o perfil administrativo da instituição produtora, dando ao usuário informações mais precisas.

Na maior parte dos arquivos, os documentos imagéticos são tratados individualmente, dissociados de seus organismos produtores e, dessa forma, têm as possibilidades de compreensão global de seu significado reduzidas. Sem os desdobramentos das atividades institucionais não haveria tais documentos, daí sua importância também no sentido arquivístico<sup>20</sup>.

No Arquivo Público do Paraná, onde estão as fotos da DOPS-PR, percebemos que as mesmas estão em um estado de total desorganização, inclusive sem referências aos documentos imagéticos, ou qualquer outra especificação sobre os mesmos. Há de se notar ainda o desaparecimento de grande quantidade de documentos, perceptível por lacunas na ordem numérica. Daí a necessidade de maiores avanços no tocante à digitalização de documentos como forma de acesso ao documento e auxílio ao trabalho do historiador, além do auxílio na preservação documental. Entre esses documentos, notamos, a partir do nosso mapeamento, que há um grande número de fotografias; boa parte delas feitas de recortes de jornais. Os assuntos principais tratam de greves, como a dos caminhoneiros em Maringá e da empresa Norpa; de movimentos estudantis, realizados principalmente na cidade de Londrina; de movimentações suspeitas, como seqüestros de industriais (ou de seus familiares). Encontramos também fotografias sobre as movimentações políticas que ocorreram na região, como agitações em câmaras municipais e visitas de autoridades.

Em papel emulsionado as fotografias revelam parte do processo de investigação desse órgão de controle social. Como, por exemplo, as fotografias das carteiras de bibliotecas que revelariam uma série de informações sobre o investigado.

---

<sup>20</sup> Para uma melhor compreensão dos conceitos arquivísticos, ver, por exemplo, BELLOTTO, Heloisa. *Arquivos permanentes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Encontramos diversos documentos desse tipo que remetem aos suspeitos de participarem de atividades subversivas, de atos de protestos, de reuniões sindicais e/ou de congressos que requeriam mudanças na estrutura agrária. Ou seja, um acervo rico e que pode de novas informações para um novo olhar sobre a história política do Paraná pós-1964.

Por fim, fica a sugestão para o empreendimento de esforços para conservação, baseada na digitalização, como uma das formas de transformar a documentação mais acessível não só a acadêmicos ou pesquisadores, mas também à toda população. Do contrário, importante acervo público, gerado por um dos períodos mais marcantes da recente história política nacional, corre o risco de vir a se perder, ou de, apesar de continuar existindo fisicamente, perder completamente sua função social e histórica.

## Referências

- AQUINO, Maria Aparecida et. al. *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: AESP/Imprensa Oficial, 2001.
- ARNS, Paulo Evaristo (org.). *Brasil: nunca mais*. São Paulo: Vozes, 1985.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.
- CARVALHO, Telma Campanha de. *Fotografia e cidade: São Paulo na década de 30*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em história social, PUC-SP, 1999.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO. *Guia de fundos do Arquivo Público do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o Signo da Revolução Brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: EDUEM, 2003.
- DIAS, Reginaldo Benedito & GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). *Maringá e Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999.
- COSTA, Adolpho Mariano da. "O DOPS e os trabalhadores". In: *Cadernos da UPT*. Curitiba: UPT, 1993, n. 1.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1994.
- FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: TAQ, 1982.
- JOFFILY, José. *Londres-Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica* introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. São Paulo, Ática, 1989.
- LOPEZ, André Porto Ancona. "Documentos imagéticos de arquivo: uma

tentativa de utilização de alguns conceitos de Panofsky”. In: *Sinopses*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, n° 31, p.49-55, jun. 1999.

\_\_\_\_\_. *As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

PANOSFKY, Erwin. *Significado nas artes visuais* São Paulo, Perspectiva, 1979.

PRIORI, Ângelo. *A revolta camponesa de Porecatú: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)*. Tese de doutoramento. Assis: Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade da FCL-UNESP, 2000.

TELLES Junior, Gofredo. *A democracia e o Brasil: uma doutrina para a Revolução de Março*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1965.

TOMAZI, Nelson Dácio “O discurso do Norte do Paraná” In: \_\_\_\_\_ *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. Curitiba: UFPR, 1997.

### **Norte do Paraná Sob vigilância: mapeamento e digitalização de fotografias produzidas pela DOPS-PR referentes à região Norte do Estado**

André Porto Ancona Lopez,  
Matheus Vinicius Penteadó,  
Luiz Miguel do Nascimento

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados da pesquisa PIBIC-CNPq *Norte do Paraná sob vigilância: mapeamento de fotografias da DOPS/PR referentes à região norte do Paraná*. Esta região, durante a ditadura militar, foi palco de importantes eventos ligados ao embate de projetos políticos antagônicos, muitas vezes registrados pela Delegacia de Ordem Política e Social do estado (DOPS/PR) A singularidade da fotografia, enquanto documento histórico, foi nossa principal fonte de análise.

**Palavras-chave:** Delegacia de Ordem Política e Social do estado (DOPS/PR); DIGIFOTO; Fotografia; História Regional; Norte do Paraná.

**Abstract:** The present article aims to present some results of the PIBIC-CNPq (Scientific Initiation Institutional Program/ National Council of Scientific and Technological Development) research *Northern Paraná under surveillance: photograph mapping of DOPS/PR about Paraná northern region*. That region, during the military dictatorship period was the stage of important events related to the contend of conflicting political projects, many times registered by the Paraná State Political and Social Order Division (DOPS/PR). The photograph singularity, as a historical document, was our main analysis source.

**Key-words:** Paraná State Investigation Office of Social and Political Order (DOPS/PR); DIGIFOTO; Photography; Regional History; Northern Paraná,

Recebido em 29/02/2008

Aprovado em 26/04/2008